Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro UTAD

Desenvolvimento Rural

Eng. Florestal

Em busca dos Tesouros do Marão

Leandro Dias

Eugénio Carvalho

Tiago Silveira

Igor Nora

Pedro Carvalho

Vila real, 2010

Caracterização da Serra do Marão:

A Serra do Marão detém o título de sexta maior elevação de Portugal continental, atingindo os 1415 metros de altura. E encontra-se localizada na região de transição do Douro Litoral para o Alto Douro.

Esta região é caracterizada pelos Invernos rigorosos, com queda de neve, e os verões secos de temperaturas elevadas. É também uma região caracterizada por elevados valores de precipitação anual, embora no verão os valores possam ser mínimos.

O Marão, graças às suas características edafo-climáticas que permitem ter uma enorme variedade de espécies a ocupar o território. Ao longo dos seus 6500 hectares de área podemos encontrar zonas de domínio das espécies folhosas e zonas predominantemente ocupadas por resinosas. O declive, os solos xistosos que ocupam 80% da área, a altitude e as orientações a Noroeste juntamente com os numerosos cursos de água ajudam na distribuição das espécies e no potencial desta região.

Actualmente, e devido à politica gestora do governo pré-Salazarista que ordenou a rearborização da Serra recorrendo a espécie do género *Pinus* para madeira, temos uma elevada percentagem do território com as espécies *Pinus pinaster,* *Pinus sylvestris e Pinus nigra*. Esta situação é agravada por repetidos incêndios ao longo de décadas, que comprometeram os solos e impediram que espécies mais exigentes pudessem persistir.

Um dos eventos que contribui para a degradação da paisagem da Serra do Marão foi o grande incêndio de 1985, que queimou 2600 hectares e ao qual resistiu uma mancha de *Pinus sylvestris.* Neste incêndio perderam-se grandes manchas de *Pinus pinaster*, plantado nos anos 30 por sementeira, que foi, provavelmente, a razão pela qual o incêndio foi tão devastador, visto que este método de plantio gera enormes áreas monoculturais de espécies facilmente inflamáveis e que criam povoamentos super densos com elevada percentagem de biomassa

Pode afirmar-se que a exigência de material lenhoso levava a optar por estas espécies, tradicionalmente pouco exigentes em termos de solo e que se adaptam bem a estas zonas condicionaram a evolução desta mancha florestal.

O renascer do Marão começou em 1988/89, com a implementação do Plano de Acção Florestal, tendo como área de intervenção 2.694 hectares, para onde foram elaborados 6 projectos distintos. Os projectos, para os cerca de 3.000 hectares a florestar, tiveram sempre em conta a existência de linhas de água e toda a acção assentou nas respectivas bacias hidrográficas. Em 1991, procedeu-se à arborização, no entanto com erros de planeamento que comprometeram desde logo esta iniciativa. Foram plantadas áreas com *Pinus pinaster* onde não seria o mais indicado e que constituíam “presa” fácil para os incêndios.

Mais perto dos nossos dias (2005), reviu-se a política de gestão e, para as encostas do Rio Ramalhoso, foram criadas parcelas onde se pretendia criar descontinuidade na vegetação através do uso do fogo controlado e plantaram-se 600 hectares com Carvalhos, Bétulas, Pinheiro, Azevinho, entres outras.

O Marão não é apenas procurado pelo turismo ou pelos adeptos de caminhadas ou passeios de carro, é também uma fonte de riqueza para as populações adjacentes que gerem cerca de 4 mil hectares e obtêm madeira, resíduos florestais para as camas dos animais, pastagens para o gado e dinheiro com a venda dos bens produzidos. Aliás, esta foi, durante muitos anos, a única gestão aplicada no Marão.

Gestão do Perímetro Florestal do Marão:

Ao longo dos anos a Serra do Marão teve vários tipos de exploração que mantinham a região produtiva e que mantinham o desenvolvimento das comunidades locais. Antigamente, não só se obtinham bens lenhosos desta região mas também a exploração minéria gerava trabalho e rendimentos na zona, tendo as minas de Volfrâmio atingido o seu auge nos tempos da segunda Guerra Mundial.

O sucessivo abandono desta actividade e o crescente êxodo rural levou a um envelhecimento e desertificar das populações e como tal, um abandono das actividades rurais como o pastoreio e a colheita do mato para lenha e camas de gado. Este facto é sem dúvida uma das razões para o aumento do número e da gravidade dos incêndios.

A acumulação de biomassa torna as florestas demasiado susceptíveis aos fogos, e sem o pastoreio, que vinha sendo a principal maneira de controlo e gestão do Marão, esta situação deplora-se.

Nem sempre o pastoreio foi uma situação favorável, existindo em muitas zonas sinais de degradação derivados a esta actividade. Isto deve-se a um sobre pastoreio, em que o elevado número de cabeças causava demasiados danos e impediam a regeneração natural, dado que os animais devoravam os rebentos antes que pudessem desenvolver-se. As queimadas provocadas pelos pastores para obtenção de pastagens foram também uma das causas de degradação, visto terem sido demasiado intensas e juntas no tempo, levando a uma esqueletização dos solos e a um decréscimo na sua produtividade.

Os baldios, designação técnica dos terrenos florestais ou de pastagem que teoricamente não pertence a uma identidade mas a uma comunidade, foram atribuídos a estas pequenas comunidades locais e são fonte de rendimento para estas.

São cerca de 4 mil hectares, entregues à gestão por parte destas comunidades. Todos os bens produzidos por parte destas áreas são utilizados a favor do desenvolvimento da localidade, sendo uma contabilidade completamente à parte da restante contabilidade da junta de freguesia ou câmara municipal. A gerência destas áreas é feita pela própria população, os compartes, que determinam o rumo do dinheiro conseguido e as intervenções a fazer no baldio.

Baldios

Temos por exemplo o caso do baldio de Ansiães, com 2500 hectares, de relevo muito acentuado, eleva-se aos rios Marão, Ramalhoso e Póvoa. Este terreno sofreu ao longo dos tempos várias apropriações. Em fins do século XIX, foi objecto de uma querela entre a freguesia e a câmara de Amarante, a quem pertencia todo o baldio. Por decisão do tribunal, em Dezembro de 1891, foi reconhecido como parte integrante da freguesia de Ansiães.

O baldio sempre assumiu um papel determinante na vida dos habitantes da freguesia, porque era local de pasto do gado ovino, caprino e bovino. Os habitantes usufruíam dos recursos naturais, como a água e a madeira, e também da apicultura de onde obtinham cerca de 500 litros de mel. A percentagem que a freguesia recebeu, respeitante a venda de madeira do baldio, foi aplicada na reparação, alargamento e calcetamento de caminhos, abertura de ligações entre os diversos lugares de Ansiães, instalação de rede de abastecimento de água, construção do centro social, do jardim-de-infância, do parque de jogos e de lavadouros públicos, contribuindo assim, para o desenvolvimento da freguesia

Esta utilização dos bens gerados pelo baldio pode parecer ser completamente acertada. No entanto, gera conflito no âmbito da política de gestão correcta de um povoamento florestal. O facto de os baldios serem um bem da população e não terem propriamente uma gestão controlada e com parâmetros que sejam obrigatoriamente cumpridos leva a que haja um usufruo total do dinheiro para outras necessidades e que nenhum seja reinvestido no baldio, para uma rearborização ou para uma intervenção cultural. Deste modo, compromete-se a produtividade e a regeneração, visto estarmos a apenas a retirar sem repor.

Nesta visita de estudo tivemos a felicidade de contar com a presença do Presidente do concelho de Baldios de Ansiães, o Sr. Professor Joaquim Miranda e o Presidente da Junta de Freguesia de Aboadela e do Concelho de Compartes de Aboadela. São pessoas calejadas no que toca à política de gerir os baldios em função da população e ficou bem evidente que defendem essa política. As fragilidades de uma população envelhecida e carenciada são evidentes e, dado que o plano de distribuição de orçamentos pelas comunidades se faz com base na densidade populacional, os valores disponíveis para estas comunidades é extremamente limitado, sendo que o dinheiro obtido pelos bens do baldio seja muito bem recebido. No entanto, esta dependência gera problemas de uma ordem nacional.

O nosso país tem uma elevada percentagem de terrenos sem dono e sem gestão e muitas destas áreas de baldios pertencem a populações que perderam a capacidade de os gerir e como consequência as condições deploram-se e a acumulação de biomassa vai aumentando o risco de incêndio. E, aquando da intervenção do estado ou de qualquer entidade nacional para a resolução deste problema, as pessoas são intransitáveis e defendem aquilo que dizem ser deles, preferindo ver a situação a piorar do que passar a responsabilidade de gestão para outro, julgando que “aquelas pessoas” estão ali para as enganar e tirar partido do que é deles e que não se preocupam com o desenvolvimento local. Estas pessoas vêm com muito melhores olhos as propostas feitas pelas grandes empresas, como as empresas produtoras de energia, que lhes pagam uma renda fixa para poderem instalar as suas estruturas nestes terrenos, fazendo promessas que no fim do contracto tudo volta a ser como era.

Estas são mentalidades que devemos ultrapassar e mudar através do diálogo e mostrando que as coisas devem ser bem feitas.

Conclusão

Dadas as dificuldades financeiras que o nosso país atravessa a gestão florestal torna-se complicada e o recurso a técnicas de baixo custo tornam-se uma obrigação. É neste âmbito que surge o uso do fogo como política de gestão, impedindo a acumulação de biomassa e devolvendo ao solo nutrientes como o fósforo e o azoto. Não é só esta medida que deve ser implementada, mas também deve ser controlado o pastoreio, fazendo com que os pastores entendam o desgaste provocado pelo gado e fazendo-os mudar de pastagens todos os anos, de modo a que estas possam recuperar e manter a capacidade regeneradora.

O planeamento e gestão das áreas florestais deve ter um processo evolutivo e cada passo deve ser ponderado, de modo a que sejam evitados erros como os cometidos no passado. Tal como se viu, em 1991, uma má escolha pode levar a resultados desastrosos, perdendo-se dinheiro e tempo.

Á medida que a conversa foi evoluindo verifica-se que o conceito de baldio é ambíguo. Um baldio diz-se como uma área possuída por todos não é bem este conceito que se faz usar, sendo um bem usufruído por apenas uma população criada junto a estes terrenos. E a ideia que fica é que a situação florestal que vivemos na actualidade não se devem apenas a uma inactividade dos órgãos do governo mas a uma permanente desconfiança e alguma ignorância por parte das pessoas, que só cedem a algo se se mostrar lucrativo e com benefícios imediatos.

Após esta visita podemos concluir como se deve conciliar o progresso, o futuro e as necessidades das populações através de uma exploração sustentável da floresta, e com isso resolver os problemas que advém com o abandono da floresta e os incêndios florestais que são uma consequência disso.

Podemos também concluir que se dermos uma maior atenção para a floresta em especial para as características da sua riqueza e sua protecção podemos ter uma resposta positiva para muitos problemas a nível económico que o país actualmente atravessa.